

PREGÃO ELETRÔNICO

90026/2025

CONTRATANTE (UASG)

(786810) CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM LADÁRIO

OBJETO

Registro de preços para eventual aquisição de Genêros Alimentícios (carnes hortifrutigranjeiros e itens diversos – secos) para atender as necessidades das OMAp (Organizações Militares Apoiadas) – localizadas em Ladário/MS, subordinadas ao Comando do 6º Distrito Naval (Com6DN).

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 10.071.975,97 (dez milhões, setenta e um mil, novecentos e setenta e cinco reais e noventa e sete centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia ____/____/2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

Conforme subitem

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixar o APP Compras.gov.br
e apresentar sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	4
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	4
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO.....	6
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	6
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
8. DA FASE DE JULGAMENTO.....	14
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	18
10. DO TERMO DE CONTRATO.....	20
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	21
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	21
13. DOS RECURSOS.....	22
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	23
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	25
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	25



MODELO DE EDITAL

CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM LADÁRIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90026/2025.
(Processo Administrativo nº 63348.000100/2025-91)

Torna-se público que o CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM LADÁRIO, por meio da **DIVISÃO DE OBTENÇÃO**, sediado na Avenida 14 de Março, S/N, Centro, Ladário-MS – CEP: 79.370-000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de gêneros alimentícios (Carnes, Hortifrutigranjeiros e Itens diversos - Secos) para o atender as necessidades das OMap localizadas em Ladário/MS, subordinadas ao Comando de sexto Distrito Naval, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 240 itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Nos itens 10, 12, 15, 27, 64, 112, 114, 116, 118, 146, 166, 196, 213, 222, 228, 234, 236 e 239 não será concedido nesta licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, §1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.



- 3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante da equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- 4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.11.1 deste Edital.
- 5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa,

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de personalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.



5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar a quantidade prevista na planilha de itens, anexa ao Termo de Referência; e

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

- 6.2.1 O licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,10 (dez centavos).
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.6 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquela que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizeram jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma

concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.23.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.24.2 empresas brasileiras;

7.24.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.



7.26.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no Item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.7.1 conter vícios insanáveis;
- 8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

- 8.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.11.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.11.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;



- 8.11.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 8.11.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 8.20. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.
- 8.21. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.
- 8.22. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.23. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.24. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original e por cópia.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.



9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 4 (quatro) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 04 (quatro) horas para:

9.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

10.8.1 Em caso de prorrogação da ata, **podrá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

11.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original



11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2 Para fins de ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

13.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

13.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.6 fraudar a licitação;

13.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

13.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 advertência;



13.2.2 multa;

13.2.3 impedimento de licitar e contratar e

13.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1 Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2 Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8 e 13.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8 e 13.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em site eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: ceinfa.obtencao@marinha.mil.br.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

14.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



- 15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.pncp.gov.br>.
- 15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 15.11.1 Anexo I - Termo de Referência;
 - 15.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
 - 15.11.1.2. Apêndice do Anexo I – Planilha do Preço Estimado.
 - 15.11.2 Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;
 - 15.11.3 Anexo III – Modelo de Proposta de Preços.

Ladário-MS, 4 de março de 2026.


HELENITA GURGEL DO AMARAL VALENTE
 Capitão de Corveta (IM)
 Encarregada da Divisão de Obtenção


VINICIUS LUIS DA SILVA
 Capitão de Fragata (IM)
 Ordenador de Despesas



MARINHA DO BRASIL
CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM LADÁRIO
(Processo Administrativo nº 63348.000100/2025-91)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de gêneros alimentícios (Carnes, Hortifrutigranjeiros e Itens diversos - Secos) para o atender as necessidades das OMAp localizadas em Ladário/MS, subordinadas ao Comando de sexto Distrito Naval, nos termos da tabela do Anexo I, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Os itens que constituem o objeto da contratação encontram-se dispostos no Anexo I deste Termo de Referência

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Em caso de divergência entre disposições deste Termo de Referência, CATMAT, IRP/Divulgação de Compras ou demais peças que compõem o processo administrativo prevalecerá o preconizado neste Termo e seus anexos.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato ou Ata de registro de preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A empresa a ser CONTRATADA deve possuir alguns requisitos mínimos, a saber:

- 4.2. Ser do ramo do objeto da licitação;

4.2.1 Após a execução de cada entrega, a CONTRATADA deverá apresentar ao Fiscal do Contrato/Gestor a nota fiscal relativa à circulação da mercadoria, onde deverão constar: a descrição dos itens fornecidos; o valor unitário e total da nota fiscal; e o endereço de entrega do item;

4.2.2 Possuir capacidade logística adequada para as demandas solicitadas; e;

4.2.3 Estar em dia com as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

Sustentabilidade

4.2.4 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.5 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2; e

4.2.6 que sejam observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.2.7 O transporte e armazenamento dos produtos deverão observar condições adequadas de higiene, conservação e temperatura, de modo a evitar perdas, contaminação ou desperdício de alimentos.

Indicação de marcas ou modelos

- 4.3. Não se aplica.

Da vedação de contratação de marca ou produto

- 4.4. Não se aplica.

Da exigência de amostra

- 4.5. Não se aplica.

Da exigência de carta de solidariedade

- 4.6. Não se aplica.

Subcontratação

- 4.7. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



- 4.8. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 4.9. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

- 4.10. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

- 4.11. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.11.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.11.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.11.3 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos itens é de até **05 (cinco) dias**, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única para as OMap situadas no CNLA..
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com **pelo menos 02 (dois) dia de antecedência** para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser **inferior a 12 (doze) meses**, ou a **metade do prazo total recomendado pelo fabricante**.

- 5.4. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de **03 (três) dias**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.5. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **02 (dois) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.6. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 5.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 5.8. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:
- 5.9. Os itens destinados as OMap localizadas no CNLA deverão ser entregues na Avenida 14 de Março, s/nº, CEP: 79.370-000, Centro - Ladário-MS, de **08:00 às 11:00h**, e das **13:00h às 16:00h**, horário local, de segunda a sexta-feira.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.10. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente/recebimento da Nota de Empenho, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para



execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada; acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item "d", de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas "e" a "h" de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "c", de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "b", de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d", de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "a", de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

- 7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;
 - 7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e
 - 7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **01 (um) dia**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **02 (dois) dias úteis**.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1 o prazo de validade;
- 8.12.2 a data da emissão;
- 8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5 o valor a pagar; e
- 8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;



8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado a partir da data do orçamento estimado, conforme os dados do relatório da pesquisa de preço.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



- 8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

- 9.2. O fornecimento do objeto será integral e/ou parcelado conforme a necessidade do requisitante.

Crítérios de aceitabilidade de preços

- 9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, será adotado o critério de julgamento de menor preço por item, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

- 9.3.1 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa a tabela acima no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

- 9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no

Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [QU] [patrimônio líquido mínimo] de 10% do valor total estimado da contratação.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.31. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.32. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.34. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente/recebimento da Nota de Empenho, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.35. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.35.1 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento das contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 10.071.975,97 (dez milhões, setenta e um mil, novecentos e setenta e cinco reais e noventa e sete centavos)** conforme custos unitários apostos na **tabela contida no Anexo I deste Termo de Referência.**

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente/recebimento da Nota de Empenho.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.
- 12.2. ANEXOS
- 12.3. I - Planilha de Preços
- 12.4. II - Estudo Técnico Preliminar.
- 12.5. III - Planilha do Preço Estimado - Formação de preços

Ladário, de de 2026.



EDELSON DOS SANTOS BISPO
Terceiro-Sargento (AM)
Membro da Equipe de Planejamento



FRANCISCO GABRIEL DE SOUZA FERREIRA
Capitão-Tenente (IM)
Membro da Equipe de Planejamento



VINÍCIUS LUIS DA SILVA
Capitão de Fragata (IM)
Ordenador de Despesas

Nº	CAT MAT	ITEM	DESCRIÇÃO	UF	PREÇO UNITÁRIO (BANCOS DE PREÇOS)	CONFIRMAR - CEMILA			BTLA			TOTAL QTD	TOTAL (R\$)
						QTD MÍNIMA PARA PEDIDO	QTD MÁXIMA PARA PEDIDO	QTD TOTAL	QTD MÍNIMA PARA PEDIDO	QTD MÁXIMA PARA PEDIDO	QTD TOTAL		
1	447613	DRUMET DE FRANGO	CARNE DE AVE, TIPO DRUMET DE FRANGO (CONTINHA DA ASA COM PELLEZOS, CONGELADA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICO, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE ATOMADO, VALIDADE MÍNIMA PARA RECEBIMENTO DE 2 MESES, COMO SELO DE INSPEÇÃO FEDERAL, COM CARACTERÍSTICAS SIMILARES A MARCAS SAGUA, PERGAMINADO OU SAGUA COM VALIDADE MÍNIMA DE 80% DO PRAZO DE VALIDADE VIGENTE NA DATA DA ENTREGA.	RJ	R\$ 20,75	1	1000	1000	1	1000	1000	1000	R\$ 20.750,00
2	447525	PERNE, SUÍNO	CARNE SUÍNICA EM NATURA, TIPO CORTE: PERNE, APRESENTAÇÃO: PEÇA ÚNICA, PROCESSAMENTO: SEM OSSO, SEM PELLE, ESTADO DE CONSERVAÇÃO: CONGELADA, COM VALIDADE MÍNIMA DE 80% DO PRAZO DE VALIDADE VIGENTE NA DATA DA ENTREGA, COMO Selo de INSPEÇÃO FEDERAL.	RJ	R\$ 10,15	1	1000	1000	1	1000	1000	1000	R\$ 10.150,00
3	447517	LONJINHO SUÍNO	CARNE SUÍNICA EM NATURA, TIPO CORTE: LONJINHO, APRESENTAÇÃO: PEÇA ÚNICA, ESTADO DE CONSERVAÇÃO: CONGELADA, COM VALIDADE MÍNIMA DE 80% DO PRAZO DE VALIDADE VIGENTE NA DATA DA ENTREGA, COMO Selo de INSPEÇÃO FEDERAL.	RJ	R\$ 28,25	1	1000	1000	1	1000	1000	1000	R\$ 28.250,00
4	447528	CARNE SUÍNO	PROCESSAMENTO: COM OSSO, ESTADO DE CONSERVAÇÃO: CONGELADA, COM VALIDADE MÍNIMA DE 80% DO PRAZO DE VALIDADE VIGENTE NA DATA DA ENTREGA, COMO Selo de INSPEÇÃO FEDERAL.	RJ	R\$ 24,30	1	1000	1000	1	1000	1000	1000	R\$ 24.300,00
5	447738	TOURINHO	CARNE SUÍNICA EM NATURA, TIPO CORTE: TOURINHO, APRESENTAÇÃO: EM MANTA, PROCESSAMENTO: SEM PELLE, ESTADO DE CONSERVAÇÃO: CONGELADA, COMO Selo de INSPEÇÃO FEDERAL.	RJ	R\$ 20,30	1	300	300	1	300	300	300	R\$ 20.310,00
6	447627	SOBRE COXA	CARNE DE AVE EM NATURA, TIPO ANIMAL: FRANGO, TIPO CORTE: SOBRE COXA, APRESENTAÇÃO: INTERIO, ESTADO DE CONSERVAÇÃO: CONGELADA, COM VALIDADE MÍNIMA DE 80% DO PRAZO DE VALIDADE VIGENTE NA DATA DA ENTREGA, COMO Selo de INSPEÇÃO FEDERAL.	RJ	R\$ 17,20	1	1500	1500	1	1500	1500	1500	R\$ 17.200,00
7	447583	FILE DE PEITO	CARNE DE AVE EM NATURA, TIPO ANIMAL: FRANGO, TIPO CORTE: FILE DE PEITO, APRESENTAÇÃO: INTERIO, ESTADO DE CONSERVAÇÃO: CONGELADA, COMO Selo de INSPEÇÃO FEDERAL.	RJ	R\$ 27,08	1	1200	1200	1	1200	1200	1200	R\$ 27.096,00
8	447649	COMAÇÃO DE FRANGO	CARNE DE AVE EM NATURA, TIPO ANIMAL: FRANGO, TIPO CORTE: COMAÇÃO, APRESENTAÇÃO: INTERIO, ESTADO DE CONSERVAÇÃO: CONGELADA, COM VALIDADE MÍNIMA DE 80% DO PRAZO DE VALIDADE VIGENTE NA DATA DA ENTREGA, COMO Selo de INSPEÇÃO FEDERAL.	RJ	R\$ 40,32	1	900	900	1	900	900	900	R\$ 36.288,00
9	447621	ASA DE FRANGO	CARNE DE AVE EM NATURA, TIPO ANIMAL: FRANGO, TIPO CORTE: ASA, APRESENTAÇÃO: INTERIO, ESTADO DE CONSERVAÇÃO: CONGELADA, COM VALIDADE MÍNIMA DE 80% DO PRAZO DE VALIDADE VIGENTE NA DATA DA ENTREGA, COMO Selo de INSPEÇÃO FEDERAL.	RJ	R\$ 28,27	1	1000	1000	1	1000	1000	1000	R\$ 28.270,00
10	447491	CORTEIA FILE	CARNE SUÍNICA EM NATURA, TIPO CORTE: CORTEIA, APRESENTAÇÃO: INTERIO, ESTADO DE CONSERVAÇÃO: CONGELADA, COM VALIDADE MÍNIMA DE 80% DO PRAZO DE VALIDADE VIGENTE NA DATA DA ENTREGA, COMO Selo de INSPEÇÃO FEDERAL.	RJ	R\$ 14,25	1	1000	1000	1	1000	1000	1000	R\$ 14.250,00
11	447491	CORTEIA-FILE	CARNE SUÍNICA EM NATURA, TIPO CORTE: CORTEIA, APRESENTAÇÃO: INTERIO, ESTADO DE CONSERVAÇÃO: CONGELADA, COM VALIDADE MÍNIMA DE 80% DO PRAZO DE VALIDADE VIGENTE NA DATA DA ENTREGA, COMO Selo de INSPEÇÃO FEDERAL.	RJ	R\$ 25,81	0	0	0	1	625	625	625	R\$ 24.891,75
12	447491	FILE FANTASIA	CARNE SUÍNICA EM NATURA, TIPO CORTE: CORTEIA, APRESENTAÇÃO: INTERIO, ESTADO DE CONSERVAÇÃO: CONGELADA, COM VALIDADE MÍNIMA DE 80% DO PRAZO DE VALIDADE VIGENTE NA DATA DA ENTREGA, COMO Selo de INSPEÇÃO FEDERAL.	RJ	R\$ 36,31	1	1000	1000	1	1000	1000	1000	R\$ 36.310,00
13	447491	FILE FANTASIA	CARNE SUÍNICA EM NATURA, TIPO CORTE: CORTEIA, APRESENTAÇÃO: INTERIO, ESTADO DE CONSERVAÇÃO: CONGELADA, COM VALIDADE MÍNIMA DE 80% DO PRAZO DE VALIDADE VIGENTE NA DATA DA ENTREGA, COMO Selo de INSPEÇÃO FEDERAL.	RJ	R\$ 16,31	0	0	0	1	1000	1000	1000	R\$ 16.310,00
14	447491	FILE FANTASIA	CARNE SUÍNICA EM NATURA, TIPO CORTE: CORTEIA, APRESENTAÇÃO: INTERIO, ESTADO DE CONSERVAÇÃO: CONGELADA, COM VALIDADE MÍNIMA DE 80% DO PRAZO DE VALIDADE VIGENTE NA DATA DA ENTREGA, COMO Selo de INSPEÇÃO FEDERAL.	RJ	R\$ 10,17	1	1500	1500	1	1500	1500	1500	R\$ 15.255,00
15	447479	ALCATEIA BOVINA	CARNE BOVINA EM NATURA, TIPO CORTE: ALCATEIA, APRESENTAÇÃO: PEÇA ÚNICA, ESTADO DE CONSERVAÇÃO: CONGELADA, COM VALIDADE MÍNIMA DE 80% DO PRAZO DE VALIDADE VIGENTE NA DATA DA ENTREGA, COMO Selo de INSPEÇÃO FEDERAL.	RJ	R\$ 15,37	1	2000	2000	1	2000	2000	2000	R\$ 15.370,00



ANEXO 1

NO	447404	MUCCO DE BOVINO	KG	R\$ 15,44	1	500	600	1	300	800	1400	R\$ 25.816,00
31	447472	CREMA DE BOVINO	KG	R\$ 23,48	1	600	2900	1	600	600	1200	R\$ 28.176,00
32	447542	PARO DE PORCO	KG	R\$ 24,70	1	1900			600	600	3900	R\$ 86.802,00
33	448181	BARFADA PRATA	KG	R\$ 11,14	1	1900	2900	1	4000	4000	6000	R\$ 79.971,00
34	448418	MELANCIA	KG	R\$ 7,16	1	1000	1000	1	2000	2000	3000	R\$ 21.780,00
35	448422	MELÃO	KG	R\$ 10,07	1	1500	1500	1	2000	2000	3500	R\$ 35.245,00
36	448425	ABACATE	KG	R\$ 25,34	1	200	700	1	2000	2000	2700	R\$ 67.890,40
37	448436	ABACATE	KG	R\$ 20,17	1	1000	1000	1	3000	3000	4000	R\$ 42.280,00
38	448438	ABACATE	KG	R\$ 18,11	1	500	500	1	500	500	1000	R\$ 18.360,00
39	448441	ABACATE	KG	R\$ 13,34	1	900	900	1	900	900	1800	R\$ 13.140,00
40	448443	ABACATE	KG	R\$ 13,34	1	1500	1500	1	2700	2700	4200	R\$ 41.328,00
41	448445	ABACATE	KG	R\$ 13,34	1	900	900	1	2700	2700	3600	R\$ 46.778,00
42	448447	ABACATE	KG	R\$ 11,05	1	500	500	1	1000	1000	1500	R\$ 58.640,00
43	448454	ABACATE	KG	R\$ 7,72	1	1300	1300	1	2700	2700	4000	R\$ 38.880,00
44	448457	ABACATE	KG	R\$ 3,16	1	1300	1300	1	6000	6000	5300	R\$ 60.482,00
45	448458	ABACATE	KG	R\$ 3,38	1	2000	2000	1	3000	3000	5000	R\$ 36.950,00
46	448459	ABACATE	KG	R\$ 14,75	1	1000	1000	1	1000	1000	2000	R\$ 28.540,00
47	448460	ABACATE	KG	R\$ 6,82	1	3000	3000	1	4000	4000	7000	R\$ 47.600,00
48	448461	ABACATE	KG	R\$ 4,81	1	2000	2000	1	4000	4000	6000	R\$ 47.140,00
49	448462	ABACATE	KG	R\$ 8,44	1	710	710	1	1100	1100	2220	R\$ 11.736,80
50	448463	ABACATE	KG	R\$ 9,05	1	2000	2000	1	3000	3000	5000	R\$ 31.450,00
51	448464	ABACATE	KG	R\$ 8,98	1	800	800	1	2000	2000	2800	R\$ 24.920,00
52	448465	ABACATE	KG	R\$ 21,20	1	1000	1000	1	2000	2000	3000	R\$ 35.780,00
53	448466	ABACATE	KG	R\$ 11,41	1	1500	1500	1	2000	2000	3500	R\$ 31.983,00
54	448467	ABACATE	KG	R\$ 11,41	1	300	300	1	300	300	600	R\$ 19.116,00
55	448468	ABACATE	KG	R\$ 11,41	1	300	300	1	300	300	600	R\$ 11.001,00
56	448469	ABACATE	KG	R\$ 11,41	1	1000	1000	1	1000	1000	2000	R\$ 18.020,00
57	448470	ABACATE	KG	R\$ 24,70	1	1000	1000	1	1000	1000	2000	R\$ 48.098,00

ANEXO 1

58	46360E	PIRENEIO VERMELHO IN NATURA	KG	R\$ 25,34	1	1000	1000	1000	1000	2000	R\$ 51.520,00
PRIMEIRO EM NATURA, ESPECIE VERMELHA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ACONDICIONAMENTO EM CAIXAS PRÓPRIAS PARA TRANSPORTE, LEGUME NO PONTO PARA CONSUMO, SEM CHEIRO OU QUALQUER OUTRO DEFEITO QUE IMPEDIRIA SEU CONSUMO.											
59	46452S	ANANÁS IN NATURA	PCT 500G	R\$ 36,63	1	500	500	1200	1200	1700	R\$ 35.139,00
ANANÁS IN NATURA, TIPO TORREDO SEM PELE E SEM SUCO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ACONDICIONAMENTO EM CAIXAS PRÓPRIAS PARA TRANSPORTE, LEGUME NO PONTO PARA CONSUMO, SEM CHEIRO OU QUALQUER OUTRO DEFEITO QUE IMPEDIRIA SEU CONSUMO.											
60	46393D	SALSA IN NATURA	KG	R\$ 18,01	1	1700	1700	4000	4000	5700	R\$ 79.857,00
61	46379D	ALÓ IN NATURA	KG	R\$ 28,40	1	900	900	300	300	500	R\$ 8.640,00
62	46432D	NIPI IN NATURA	KG	R\$ 12,33	1	500	500	500	500	1000	R\$ 17.330,00
NIPI IN NATURA, ESPECIE IMPORTADO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ACONDICIONAMENTO EM CAIXAS PRÓPRIAS PARA TRANSPORTE, LEGUME NO PONTO PARA CONSUMO, SEM CHEIRO OU QUALQUER OUTRO DEFEITO QUE IMPEDIRIA SEU CONSUMO.											
63	46394D	TOMATE IN NATURA CEREJA	KG	R\$ 10,46	1	2500	2500	1300	1300	3500	R\$ 7.161,00
TOMATE IN NATURA, ESPECIE CEREJA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ACONDICIONAMENTO EM CAIXAS PRÓPRIAS PARA TRANSPORTE, LEGUME NO PONTO PARA CONSUMO, SEM CHEIRO OU QUALQUER OUTRO DEFEITO QUE IMPEDIRIA SEU CONSUMO.											
64	46380E	TOMATE IN NATURA SALADA	KG	R\$ 14,21	1	2500	2500	1000	1000	3500	R\$ 78.045,00
TOMATE IN NATURA, ESPECIE SALADA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ACONDICIONAMENTO EM CAIXAS PRÓPRIAS PARA TRANSPORTE, LEGUME NO PONTO PARA CONSUMO, SEM CHEIRO OU QUALQUER OUTRO DEFEITO QUE IMPEDIRIA SEU CONSUMO, P-DEUS ALÍTEO (A LOTA RESERVA PARA 04/2019 EM 20%)											
65	46390E	TOMATE IN NATURA SALADA	KG	R\$ 18,15	1	2500	2500	1000	1000	3500	R\$ 35.475,00
TOMATE IN NATURA, ESPECIE SALADA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ACONDICIONAMENTO EM CAIXAS PRÓPRIAS PARA TRANSPORTE, LEGUME NO PONTO PARA CONSUMO, SEM CHEIRO OU QUALQUER OUTRO DEFEITO QUE IMPEDIRIA SEU CONSUMO.											
66	464377	BANANA DA TERÇA	KG	R\$ 18,49	1	2000	2000	3000	3000	1000	R\$ 71.350,00
BANANA IN NATURA, ESPECIE "DA TERÇA". CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ACONDICIONAMENTO EM CAIXAS PRÓPRIAS PARA TRANSPORTE, LEGUME NO PONTO PARA CONSUMO, SEM CHEIRO OU QUALQUER OUTRO DEFEITO QUE IMPEDIRIA SEU CONSUMO.											
67	464407	MANGA IN NATURA	KG	R\$ 18,19	1	1000	1000	1000	1000	2000	R\$ 38.760,00
MANGA IN NATURA, TIPO ABACATE. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ACONDICIONAMENTO EM CAIXAS PRÓPRIAS PARA TRANSPORTE, LEGUME NO PONTO PARA CONSUMO, SEM CHEIRO OU QUALQUER OUTRO DEFEITO QUE IMPEDIRIA SEU CONSUMO.											
68	464071	ABACATE IN NATURA	KG	R\$ 16,45	1	500	500	500	500	1000	R\$ 16.410,00
ABACATE IN NATURA, TIPO ABACATE. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ACONDICIONAMENTO EM CAIXAS PRÓPRIAS PARA TRANSPORTE, LEGUME NO PONTO PARA CONSUMO, SEM CHEIRO OU QUALQUER OUTRO DEFEITO QUE IMPEDIRIA SEU CONSUMO.											
69	463418	MAMÃO FORMOSA	KG	R\$ 33,15	1	1500	1500	2000	2000	1500	R\$ 42.825,00
MAMÃO IN NATURA, ESPECIE FORMOSA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ACONDICIONAMENTO EM CAIXAS PRÓPRIAS PARA TRANSPORTE, LEGUME NO PONTO PARA CONSUMO, SEM CHEIRO OU QUALQUER OUTRO DEFEITO QUE IMPEDIRIA SEU CONSUMO.											
70	463813	MAMÃOCA IN NATURA	KG	R\$ 7,79	1	2000	2000	2000	2000	4000	R\$ 31.000,00
MAMÃOCA IN NATURA, ESPECIE COMUM. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ACONDICIONAMENTO EM CAIXAS PRÓPRIAS PARA TRANSPORTE, LEGUME NO PONTO PARA CONSUMO, SEM CHEIRO OU QUALQUER OUTRO DEFEITO QUE IMPEDIRIA SEU CONSUMO.											
71	463704	BATA INGLESA	KG	R\$ 15,52	1	4000	4000	5000	5000	3500	R\$ 79.862,00
BATA IN NATURA, ESPECIE INGLESA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ACONDICIONAMENTO EM CAIXAS PRÓPRIAS PARA TRANSPORTE, LEGUME NO PONTO PARA CONSUMO, SEM CHEIRO OU QUALQUER OUTRO DEFEITO QUE IMPEDIRIA SEU CONSUMO.											
72	463875	COEHTO IN NATURA	KG	R\$ 31,57	1	500	500	600	600	1100	R\$ 33.520,00
COEHTO IN NATURA, ESPECIE COEHTO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ACONDICIONAMENTO EM CAIXAS PRÓPRIAS PARA TRANSPORTE, LEGUME NO PONTO PARA CONSUMO, SEM CHEIRO OU QUALQUER OUTRO DEFEITO QUE IMPEDIRIA SEU CONSUMO.											
73	463770	CHUCHO IN NATURA	KG	R\$ 7,03	1	1000	1000	1000	1000	3000	R\$ 21.090,00
CHUCHO IN NATURA, ESPECIE CHUCHO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ACONDICIONAMENTO EM CAIXAS PRÓPRIAS PARA TRANSPORTE, LEGUME NO PONTO PARA CONSUMO, SEM CHEIRO OU QUALQUER OUTRO DEFEITO QUE IMPEDIRIA SEU CONSUMO.											
74	463803	LARANJA IN NATURA	KG	R\$ 8,41	1	4000	4000	1000	1000	9000	R\$ 34.790,00
LARANJA IN NATURA, ESPECIE PERA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ACONDICIONAMENTO EM CAIXAS PRÓPRIAS PARA TRANSPORTE, LEGUME NO PONTO PARA CONSUMO, SEM CHEIRO OU QUALQUER OUTRO DEFEITO QUE IMPEDIRIA SEU CONSUMO.											
75	463169	COQUE IN NATURA	MTC	R\$ 10,45	1	2000	1000	2000	2000	1100	R\$ 38.755,00
COQUE IN NATURA, ESPECIE INGLESA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ACONDICIONAMENTO EM CAIXAS PRÓPRIAS PARA TRANSPORTE, LEGUME NO PONTO PARA CONSUMO, SEM CHEIRO OU QUALQUER OUTRO DEFEITO QUE IMPEDIRIA SEU CONSUMO.											

76	463908	CONSUMÍVEL	REFORMA IN NATURAL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FRESCO, SEM CIEIRO OU QUALQUER OUTRO DEBITO QUE IMPIÇA SEU CONSUMO. APRESENTAÇÃO: 1 KG	KG	45/15,11	1	30	1	30	1	30	160	R\$ 1.309,00
77	463909	UNDO IN NATURAL	UNDO IN NATURAL. ESPECIE TATU. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACONDICIONADO EM CAIXAS PROTETAS PARA TRANSPORTE, FRUITA NO PONTO PARA CONSUMO, SEM CIEIRO OU QUALQUER OUTRO DEBITO QUE IMPIÇA SEU CONSUMO.	KG	15/10,16	1	0	1	1500	1500	1500	1500	R\$ 15.240,00
78	463910	MORANGO IN NATURAL	MORANGO IN NATURAL. ESPECIE NACIONAL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CALDA DE AÇÚCAR, ACONDICIONADO EM CAIXAS PROTETAS PARA TRANSPORTE, FRUITA NO PONTO PARA CONSUMO, SEM CIEIRO OU QUALQUER OUTRO DEBITO QUE IMPIÇA SEU CONSUMO.	KG	15/21,09	1	100	1	200	200	400	400	R\$ 8.812,00
79	463911	ALCACHOFA IN NATURAL	ALCACHOFA IN NATURAL. ESPECIE NACIONAL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACONDICIONADO EM CAIXAS PROTETAS PARA TRANSPORTE, FRUITA NO PONTO PARA CONSUMO, SEM CIEIRO OU QUALQUER OUTRO DEBITO QUE IMPIÇA SEU CONSUMO.	KG	45/13,71	1	500	1	500	600	1100	1100	R\$ 14.531,00
80	463912	ALCACHOFA IN NATURAL	ALCACHOFA IN NATURAL. ESPECIE NACIONAL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACONDICIONADO EM CAIXAS PROTETAS PARA TRANSPORTE, FRUITA NO PONTO PARA CONSUMO, SEM CIEIRO OU QUALQUER OUTRO DEBITO QUE IMPIÇA SEU CONSUMO.	KG	15/24,02	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 44.886,00
81	463913	ALCACHOFA IN NATURAL	ALCACHOFA IN NATURAL. ESPECIE NACIONAL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACONDICIONADO EM CAIXAS PROTETAS PARA TRANSPORTE, FRUITA NO PONTO PARA CONSUMO, SEM CIEIRO OU QUALQUER OUTRO DEBITO QUE IMPIÇA SEU CONSUMO.	KG	15/16,29	1	1000	1	1175	1175	2125	2125	R\$ 77.316,25
82	463914	ALCACHOFA IN NATURAL	ALCACHOFA IN NATURAL. ESPECIE NACIONAL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACONDICIONADO EM CAIXAS PROTETAS PARA TRANSPORTE, FRUITA NO PONTO PARA CONSUMO, SEM CIEIRO OU QUALQUER OUTRO DEBITO QUE IMPIÇA SEU CONSUMO.	KG	15/13,12	1	1500	1	1500	1000	2500	2500	R\$ 77.925,00
83	463915	ALCACHOFA IN NATURAL	ALCACHOFA IN NATURAL. ESPECIE NACIONAL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACONDICIONADO EM CAIXAS PROTETAS PARA TRANSPORTE, FRUITA NO PONTO PARA CONSUMO, SEM CIEIRO OU QUALQUER OUTRO DEBITO QUE IMPIÇA SEU CONSUMO.	KG	15/10,51	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 63.000,00
84	463916	ALCACHOFA IN NATURAL	ALCACHOFA IN NATURAL. ESPECIE NACIONAL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACONDICIONADO EM CAIXAS PROTETAS PARA TRANSPORTE, FRUITA NO PONTO PARA CONSUMO, SEM CIEIRO OU QUALQUER OUTRO DEBITO QUE IMPIÇA SEU CONSUMO.	UNO	15/12,51	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 52.530,00
85	463917	ALCACHOFA IN NATURAL	ALCACHOFA IN NATURAL. ESPECIE NACIONAL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACONDICIONADO EM CAIXAS PROTETAS PARA TRANSPORTE, FRUITA NO PONTO PARA CONSUMO, SEM CIEIRO OU QUALQUER OUTRO DEBITO QUE IMPIÇA SEU CONSUMO.	UNO	15/15,31	1	1500	1	1500	800	2300	2300	R\$ 35.216,00
86	463918	AMENDOIM JAPONÊS	AMENDOIM JAPONÊS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACONDICIONADO EM CAIXAS PROTETAS PARA TRANSPORTE, FRUITA NO PONTO PARA CONSUMO, SEM CIEIRO OU QUALQUER OUTRO DEBITO QUE IMPIÇA SEU CONSUMO.	PCT	15/14,78	1	500	1	500	500	1000	1000	R\$ 18.288,00
87	463919	BATAIA (TIPS)	BATAIA ASSADA TIPO CHIPS DE PRIMEIRA QUALIDADE, SABOR ORIGINAL, SEGUNDA E CROCANTE, ACONDICIONADA DE FORMA EMPALHADA EM TUBO CILÍNDRICO DE CORPO NÃO PLÁSTICO, EMBALAGEM COM 114 x 1210 - INGREDIENTES: BATAIA, ÓLEOS VEGETAIS DE GIRASSOL, E DE MILHO, FARINHA DE ARROZ, AMIDO DE TRIGO, FARINHA DE MILHO, MALTO DEXTRINA, SAL, EXTRATO DE LEVEDURA, EMULSIFICANTE MONO E DIGLICÉRIDOS DE ÁCIDOS GRAXOS, AROMATIZANTE, AÇÚCAR E COMARATI NATURAL. UTILIZADA COMO TUBO DE REFERÊNCIA, FRONTEIRO OU SUPERIOR A EMBALAGEM. VALOR DO PRODUTO ACIMA DE 140 DIAS APÓS A ENTREGA.	UN	15/19,46	1	2000	1	2000	150	2350	2350	R\$ 45.452,50
88	463920	BISCOITO CREAM CRACKER	BISCOITO CREAM CRACKER, CLASSIFICAÇÃO: SALGADO TIPO: CREAM CRACKER. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMBALAGEM COM LITE, APRESENTAÇÃO: QUADRADO	400KG	15/4,12	1	500	1	500	500	1000	1000	R\$ 4.520,00
89	463921	BISCOITO DE MANDARINA	BISCOITO MANDARINA, CLASSIFICAÇÃO: DOCE, PRAZO VALIDADE: 1 ANO, APLICAÇÃO: ALIMENTAÇÃO HUMANA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM RECHEIO. APRESENTAÇÃO: QUADRADO. TIPO: BISCOITO DE MANDARINA.	200KG	15/9,18	1	1000	1	2000	2000	4000	4000	R\$ 27.540,00
90	463922	COCO BOLA	COCO BOLA TIPO BOLA DE COCO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACONDICIONADO EM BALAGENS DE 200G, CONTEÚDO INFORMACIONAL DO FABRICANTE E DATA DE VALIDADE IMPRESSO NA EMBALAGEM. VALOR DO PRODUTO ACIMA DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA.	PCT	15/30,27	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 60.630,00
91	463923	CONFEITO EM PO	CONFEITO EM PO. TIPO: CONFEITO, APRESENTAÇÃO: PÓ, EMBALAGEM COM APLICAÇÃO: MODO DE USO.	100KG	15/12,23	1	200	1	200	300	500	500	R\$ 7.338,00
92	463924	CREME DE LETE	CREME DE LETE, TIPO: GORDURA, 22,5% DE GORDURA, PROCESSAMENTO: UHT	100KG	15/8,71	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 28.120,00
93	463925	DOCE DE HIGO	DOCE DE HIGO CONFEITO, TIPO: EM CALDA, SABOR: HIGO	400KG	15/19,25	1	2000	1	2000	1000	3000	3000	R\$ 56.550,00
94	463926	DOCE DE LETE	DOCE DE LETE	KG	15/12,77	1	500	1	500	400	1000	1000	R\$ 63.324,00
95	463927	DOCE DE LETE	DOCE DE LETE CONFEITO, TIPO: MASSA, SABOR: GOIABA	400KG	15/23,63	1	1500	1	1500	1000	2500	2500	R\$ 79.240,00
96	463928	FARINHA DE MANDARINA	FARINHA MANDARINA, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,54	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 28.890,00
97	463929	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/2,57	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
98	463930	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
99	463931	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
100	463932	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
101	463933	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
102	463934	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
103	463935	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
104	463936	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
105	463937	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
106	463938	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
107	463939	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
108	463940	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
109	463941	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
110	463942	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
111	463943	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
112	463944	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
113	463945	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
114	463946	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
115	463947	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
116	463948	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
117	463949	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
118	463950	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
119	463951	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
120	463952	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
121	463953	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
122	463954	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
123	463955	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
124	463956	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
125	463957	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
126	463958	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
127	463959	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
128	463960	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
129	463961	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
130	463962	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
131	463963	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
132	463964	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
133	463965	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
134	463966	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
135	463967	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
136	463968	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
137	463969	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
138	463970	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
139	463971	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
140	463972	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
141	463973	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE AÇÚCAR	KG	15/4,25	1	1000	1	1000	1000	1000	1000	R\$ 5.140,00
142	463974	FARINHA DE MILHO	FARINHA DE MILHO, TIPO: AÇÚCAR, TIPO: 1. AÇÚCAR, BAIXA AÇÚCAR, COM 10% DE AÇÚCAR E 10% DE										

[illegible]



118	449182	LINGUÇA DEFORMADA TIPO PAU	KG	R\$ 43,00	1	600	400	1000	1600	R\$ 22.032,00
119	449182	LINGUÇA DEFORMADA TIPO PAU	KG	R\$ 45,02	0	0	0	600	600	R\$ 27.012,00
120	461841	UMA PASTA	KG	R\$ 10,15	1	600	600	500	1100	R\$ 31.165,00
121	462657	ABACAXI EM CALDA	40KG	R\$ 13,20	1	700	700	2000	2700	R\$ 51.190,00
122	462657	AÇÚCAR	KG	R\$ 36,05	1	500	500	300	600	R\$ 22.809,00
123	463551	ALHO DOCEADO 0,300 ML	UNO	R\$ 9,80	1	1500	1500	4000	5600	R\$ 55.384,00
124	463556	ALHO DOCEADO 0,300 ML	KG	R\$ 15,09	1	300	300	300	600	R\$ 9.594,00
125	463989	ALGAR CRISTAL	KG	R\$ 11,58	1	1200	1200	2000	3200	R\$ 18.316,00
126	465134	ALICANTE	UM	R\$ 13,37	1	360	360	600	960	R\$ 12.303,00
127	465479	ÁGUA MINERAL COM GÁS 1,5L	UF	R\$ 8,29	1	2000	2000	4000	6000	R\$ 49.540,00

1.18	445484	ÁGUA INTEGRAL 200 ML	UN	R\$ 0,59	1	1500	1500	1	4000	4000	5500	R\$ 16.445,00
1.19	445484	ÁGUA INTEGRAL 500 ML	GP	R\$ 6,37	1	1500	1500	1	4000	4000	5500	R\$ 33.955,00
1.20	452627	AMEIXA EM CALDA	LT	R\$ 37,46	1	600	600	1	1500	1500	1900	R\$ 98.958,00
1.21	448997	ATUM EM CONSERVA	LT	R\$ 22,34	1	500	500	1	500	500	1000	R\$ 22.340,00
1.22	453036	AZEITE DE OLIVA	LT	R\$ 45,75	1	150	150	1	250	250	500	R\$ 96.875,00
1.23	459638	AZEITONA VERDE EM CONSERVA 200	BO	R\$ 20,69	1	430	430	1	700	700	1130	R\$ 79.879,70
1.24	382729	BACON DEFUMADO	BO	R\$ 55,89	1	540	540	1	940	940	1480	R\$ 79.742,80
1.25	463965	BAIANDA DE CEREAL	UN	R\$ 5,35	1	3500	3500	1	4800	4800	6400	R\$ 44.772,00
1.26	233879	BATAIA PALHA	PCT	R\$ 38,70	1	1000	1000	1	1800	1800	2600	R\$ 78.960,00
1.27	399772	BISCOLITO INTEGRAL SAUDADO	PCT	R\$ 6,35	1	200	200	1	3000	3000	4000	R\$ 20.320,00

148	462829	COGUMELO EM CONSERVA	COGUMELO EM CONSERVA, TIPO INTERIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: APRESENTAÇÃO EM BAL DE COVA 100g "BOM NAIPE", TAMANHO GRANDE, INGREDIENTES: COGUMELOS PRÉ-COZIDOS/AGUIA SAL E DORADO DE SINOHE, CONTEÚDO INFORMACIONAL DO FABRICANTE E DATA DE VALIDADE IMPRESSO NA EMBALAGEM, VALIDADE DO PRODUTO ACIMA DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA.	300	RS 81,03	1	3000	2100	1	280	200	400	RS 30.312,00
149	250358	COLORAL	COLORAL, TIPO INTERIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: APRESENTAÇÃO EM BAL DE COVA 100g "BOM NAIPE", TAMANHO GRANDE, INGREDIENTES: COGUMELOS PRÉ-COZIDOS/AGUIA SAL E DORADO DE SINOHE, CONTEÚDO INFORMACIONAL DO FABRICANTE E DATA DE VALIDADE IMPRESSO NA EMBALAGEM, VALIDADE DO PRODUTO ACIMA DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA.	600	RS 30,00	1	3000	100	1	360	300	600	RS 30.036,00
150	441603	CREME DE CONSERVA	CREME DE CONSERVA, TIPO INTERIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: APRESENTAÇÃO EM BAL DE COVA 100g "BOM NAIPE", TAMANHO GRANDE, INGREDIENTES: COGUMELOS PRÉ-COZIDOS/AGUIA SAL E DORADO DE SINOHE, CONTEÚDO INFORMACIONAL DO FABRICANTE E DATA DE VALIDADE IMPRESSO NA EMBALAGEM, VALIDADE DO PRODUTO ACIMA DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA.	900	RS 28,33	1	3000	300	1	600	470	900	RS 28.197,00
151	462846	PAÇOCA DE AMENDOIM	PAÇOCA DE AMENDOIM, TIPO INTERIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: APRESENTAÇÃO EM BAL DE COVA 100g "BOM NAIPE", TAMANHO GRANDE, INGREDIENTES: COGUMELOS PRÉ-COZIDOS/AGUIA SAL E DORADO DE SINOHE, CONTEÚDO INFORMACIONAL DO FABRICANTE E DATA DE VALIDADE IMPRESSO NA EMBALAGEM, VALIDADE DO PRODUTO ACIMA DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA.	1000	RS 30,00	1	3000	500	1	500	500	1000	RS 30.000,00
152	052066	DOCE DE BANANA	DOCE DE BANANA, TIPO INTERIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: APRESENTAÇÃO EM BAL DE COVA 100g "BOM NAIPE", TAMANHO GRANDE, INGREDIENTES: COGUMELOS PRÉ-COZIDOS/AGUIA SAL E DORADO DE SINOHE, CONTEÚDO INFORMACIONAL DO FABRICANTE E DATA DE VALIDADE IMPRESSO NA EMBALAGEM, VALIDADE DO PRODUTO ACIMA DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA.	1000	RS 56,89	1	3000	500	1	500	500	1000	RS 56.890,00
153	046508	BRYAS FINAS	BRYAS FINAS, TIPO INTERIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: APRESENTAÇÃO EM BAL DE COVA 100g "BOM NAIPE", TAMANHO GRANDE, INGREDIENTES: COGUMELOS PRÉ-COZIDOS/AGUIA SAL E DORADO DE SINOHE, CONTEÚDO INFORMACIONAL DO FABRICANTE E DATA DE VALIDADE IMPRESSO NA EMBALAGEM, VALIDADE DO PRODUTO ACIMA DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA.	600	RS 48,60	1	3000	300	1	300	300	600	RS 29.160,00
154	462823	ENRUHA EM CONSERVA	ENRUHA EM CONSERVA, TIPO INTERIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: APRESENTAÇÃO EM BAL DE COVA 100g "BOM NAIPE", TAMANHO GRANDE, INGREDIENTES: COGUMELOS PRÉ-COZIDOS/AGUIA SAL E DORADO DE SINOHE, CONTEÚDO INFORMACIONAL DO FABRICANTE E DATA DE VALIDADE IMPRESSO NA EMBALAGEM, VALIDADE DO PRODUTO ACIMA DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA.	1000	RS 18,216	1	3000	1000	1	1440	1140	2540	RS 18.216,00
155	226978	FARINHA DE QUIBE	FARINHA DE QUIBE, TIPO INTERIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: APRESENTAÇÃO EM BAL DE COVA 100g "BOM NAIPE", TAMANHO GRANDE, INGREDIENTES: COGUMELOS PRÉ-COZIDOS/AGUIA SAL E DORADO DE SINOHE, CONTEÚDO INFORMACIONAL DO FABRICANTE E DATA DE VALIDADE IMPRESSO NA EMBALAGEM, VALIDADE DO PRODUTO ACIMA DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA.	1800	RS 21,03	1	3000	800	1	1000	1000	1800	RS 27.054,00
156	341285	FARINHA DE BOSCIA	FARINHA DE BOSCIA, TIPO INTERIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: APRESENTAÇÃO EM BAL DE COVA 100g "BOM NAIPE", TAMANHO GRANDE, INGREDIENTES: COGUMELOS PRÉ-COZIDOS/AGUIA SAL E DORADO DE SINOHE, CONTEÚDO INFORMACIONAL DO FABRICANTE E DATA DE VALIDADE IMPRESSO NA EMBALAGEM, VALIDADE DO PRODUTO ACIMA DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA.	1000	RS 13,900	1	3000	500	1	500	500	1000	RS 13.900,00
157	466559	FEIJÃO BRANCO TIPO 1	FEIJÃO BRANCO TIPO 1, TIPO INTERIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: APRESENTAÇÃO EM BAL DE COVA 100g "BOM NAIPE", TAMANHO GRANDE, INGREDIENTES: COGUMELOS PRÉ-COZIDOS/AGUIA SAL E DORADO DE SINOHE, CONTEÚDO INFORMACIONAL DO FABRICANTE E DATA DE VALIDADE IMPRESSO NA EMBALAGEM, VALIDADE DO PRODUTO ACIMA DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA.	1500	RS 30,63	1	3000	1000	1	1500	1500	1500	RS 46.975,00
158	461802	CEMBA EM FLOCOS	CEMBA EM FLOCOS, TIPO INTERIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: APRESENTAÇÃO EM BAL DE COVA 100g "BOM NAIPE", TAMANHO GRANDE, INGREDIENTES: COGUMELOS PRÉ-COZIDOS/AGUIA SAL E DORADO DE SINOHE, CONTEÚDO INFORMACIONAL DO FABRICANTE E DATA DE VALIDADE IMPRESSO NA EMBALAGEM, VALIDADE DO PRODUTO ACIMA DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA.	2500	RS 17,24	1	3000	1000	1	1500	1500	2500	RS 47.100,00



159	643970	MILHO EM FLOCOS	KG	RS 16,64	1	1000	1000	1	1000	3000	3000	RS 33.330,00
160	643729	GELATINA DIET	UM	RS 20,50	1	300	300	1	300	600	600	RS 11.700,00
161	646728	GELATINA SABORES	UM	RS 7,36	1	3000	2000	1	2500	4500	4500	RS 31.370,00
162	646723	GELATINA INCOLOR SABORES	UM	RS 7,30	1	400	400	1	400	800	800	RS 5.848,00
163	481049	GELEIA SABORES	UM	RS 18,31	1	500	500	1	500	1000	1000	RS 8.540,00
164	445014	LEITE CONDENSADO	UM	RS 7,70	1	1000	1000	1	2000	3000	3000	RS 23.250,00
165	414011	LEITE DE COCO	UM	RS 11,69	1	300	300	1	300	600	600	RS 5.534,00
166	447705	LINGUIÇA TOSCANA	KG	RS 16,10	1	1500	1500	1	2525	4425	4425	RS 135.713,75
167	647705	LINGUIÇA TOSCANA	KG	RS 26,15	1	500	500	1	875	1475	1475	RS 38.571,25
168	413904	LOURO EM FOLHA	KG	RS 66,52	1	300	300	1	300	600	600	RS 40.000,00
169	413993	MACARÃO TIPO PENNE	PCT	RS 13,13	1	500	500	1	500	1000	1000	RS 13.130,00



243	344202	REFRIGERANTE COLA 1/2	UN	R\$ 4,77	1	100	200	1	200	300	600	R\$ 1.706,00
REFRIGERANTE DE COLA 1/2 350ML, INGREDIENTES: ÁGUA, GASTRIFICADA, ESTABILIZANTE DE SÓDIO, CAPEÇA, AROMA NATURAL, TUBO CONJUNTO ARTIFICIAL, CICLAMATO DE SÓDIO (40 MG/280 ML), SACARINA DE SÓDIO (2,4 MG/200ML), ASPARTAME (24 MG/200ML), E ADOÇULANTE DE POTÁSSIO (30 MG/200 ML), CONSERVADOR BENZOATO DE SÓDIO E ESTABILIZANTE CITRATO DE SÓDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS APRESENTAÇÃO: LATA DE 300ML, LACRADA, CONTENDO INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VALIDADE IMPRESSO NA EMBALAGEM, MARCA DE REPUTAÇÃO, COCA-COLA, VALIDADE DO PRODUTO ACIMA DE 180 DIAS APÓS A ENTREGA, TRANSPARENTE, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUMO: 10°C, TIPO DE PRODUTO: BEBIDA, CONSERVADOR: POTÁSSIO DIOXÍDEO, AROMA: COCA-COLA, ESTABILIZANTE: GUARANA, ADOÇULANTE: AÇÚCAR, ACIDEZ: 0,05%, CONTEÚDO: 350ML, TEMPERATURA DE CONSUM												

154	217135	BISCOITO RECHEADO CHOCOLATE	UN	R\$ 1,41	1	6000	1	3000	3000	7000	R\$ 23.670,00
155	217138	BISCOITO RECHEADO MORANGO	UN	R\$ 4,00	1	1000	1	1000	1000	1000	R\$ 8.160,00
156	459671	EXTRATO DE TOMATE	UN	R\$ 1,03	1	5000	1	3000	3000	4000	R\$ 70.375,30
157	459871	EXTRATO DE TOMATE	UN	R\$ 1,43	1	0	0	2000	2000	2000	R\$ 25.458,30
158	250889	SAL REFINADO	KG	R\$ 2,75	1	1300	1	3000	3000	3000	R\$ 8.800,00
159	463860	ALHO PROCESSADO	KG	R\$ 12,50	1	500	1	700	700	1200	R\$ 58.250,00
160	463070	CEREA EM CALDA	UN	R\$ 14,35	1	300	1	300	300	300	R\$ 5.740,00
161	432029	COPO DESCARTAVEL 200ML	PCT	R\$ 7,07	1	3000	1	2000	2000	3000	R\$ 21.060,00

202	335509	QUADRADÃO DE PAPEL MATERIAL: CELULOSE LARGURA: 20 CM; COMPRIMENTO: 23 CM; COR: BRANCA; TIPO FOLHAS: DUPLA; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MARCHO E MASSA DEBILITADA; MATERIAL: LONA PRETA; CELULOSAS; TIPO FOLHA DUPLA; PCT; VALOR: R\$ 50,00; R\$ 3,96	1	800	800	1	1300	1500	2300	R\$ 9.000,00
203	438023	TAMPA DE PAPEL MATERIAL: CELULOSE LARGURA: 20 CM; COMPRIMENTO: 23 CM; COR: BRANCA; TIPO FOLHAS: DUPLA; PCT; VALOR: R\$ 50,00; R\$ 3,96	1	1000	1000	1	500	500	1500	R\$ 12.120,00
204	422276	COPO DESCARTÁVEL TIPO ISOTERMICO; INFORMAÇÃO ADICIONAL: MATERIAL: EGO-PORTA; VALOR: R\$ 10,42	1	800	800	1	800	600	1200	R\$ 21.176,00
205	231036	COPO DESCARTÁVEL TIPO ISOTERMICO; INFORMAÇÃO ADICIONAL: MATERIAL: EGO-PORTA; VALOR: R\$ 10,42	1	600	600	1	600	600	1200	R\$ 14.896,00
206	401596	COPO DESCARTÁVEL TIPO ISOTERMICO; INFORMAÇÃO ADICIONAL: MATERIAL: EGO-PORTA; VALOR: R\$ 10,42	1	600	600	1	600	600	1200	R\$ 22.720,00
207	451771	FRASE PVC MATERIAL: PVC LARGURA: 20 CM; COMPRIMENTO: 23 CM; COR: BRANCA; TIPO FOLHAS: DUPLA; PCT; VALOR: R\$ 50,00; R\$ 3,96	1	750	750	1	750	750	1500	R\$ 11.005,00
208	279464	COPO DESCARTÁVEL TIPO ISOTERMICO; INFORMAÇÃO ADICIONAL: MATERIAL: EGO-PORTA; VALOR: R\$ 10,42	1	600	600	1	600	600	1200	R\$ 14.896,00
209	235786	COPO DESCARTÁVEL TIPO ISOTERMICO; INFORMAÇÃO ADICIONAL: MATERIAL: EGO-PORTA; VALOR: R\$ 10,42	1	600	600	1	600	600	1200	R\$ 10.356,00
210	364461	COPO DESCARTÁVEL TIPO ISOTERMICO; INFORMAÇÃO ADICIONAL: MATERIAL: EGO-PORTA; VALOR: R\$ 10,42	1	600	600	1	600	600	1200	R\$ 11.144,00
211	372768	COPO DESCARTÁVEL TIPO ISOTERMICO; INFORMAÇÃO ADICIONAL: MATERIAL: EGO-PORTA; VALOR: R\$ 10,42	1	600	600	1	600	600	1200	R\$ 6.706,00
212	299925	MAQUETA DE ALUMINIO MATERIAL: ALUMINIO LARGURA: 20 CM; COMPRIMENTO: 23 CM; COR: BRANCA; TIPO FOLHAS: DUPLA; PCT; VALOR: R\$ 50,00; R\$ 3,96	1	400	400	1	400	400	800	R\$ 79.041,20
213	455549	COPO DESCARTÁVEL TIPO ISOTERMICO; INFORMAÇÃO ADICIONAL: MATERIAL: EGO-PORTA; VALOR: R\$ 10,42	1	800	800	1	1379	1379	1979	R\$ 428.082,11
214	455549	COPO DESCARTÁVEL TIPO ISOTERMICO; INFORMAÇÃO ADICIONAL: MATERIAL: EGO-PORTA; VALOR: R\$ 10,42	1	0	0	1	3621	3621	3621	R\$ 79.987,89
215	400300	COPO DESCARTÁVEL TIPO ISOTERMICO; INFORMAÇÃO ADICIONAL: MATERIAL: EGO-PORTA; VALOR: R\$ 10,42	1	600	600	1	1300	1300	1800	R\$ 37.831,00
216	417555	COPO DESCARTÁVEL TIPO ISOTERMICO; INFORMAÇÃO ADICIONAL: MATERIAL: EGO-PORTA; VALOR: R\$ 10,42	1	1200	1200	1	3100	3100	4200	R\$ 76.375,00
217	400492	COPO DESCARTÁVEL TIPO ISOTERMICO; INFORMAÇÃO ADICIONAL: MATERIAL: EGO-PORTA; VALOR: R\$ 10,42	1	1084	1084	1	1200	1200	2084	R\$ 59.021,16
218	239158	COPO DESCARTÁVEL TIPO ISOTERMICO; INFORMAÇÃO ADICIONAL: MATERIAL: EGO-PORTA; VALOR: R\$ 10,42	1	1500	1500	1	2000	2000	3500	R\$ 39.970,00
219	400529	COPO DESCARTÁVEL TIPO ISOTERMICO; INFORMAÇÃO ADICIONAL: MATERIAL: EGO-PORTA; VALOR: R\$ 10,42	1	2000	2000	1	2000	2000	4000	R\$ 55.910,00

220	605018	TORTA CONFEITADA	KG	R\$ 73,03	1	320	150	1	300	500	450	R\$ 35.589,50
221	467588	MELHORADOR DE PAO	UM	R\$ 13,52	1	250	250	1	250	250	500	R\$ 8.260,00
222	242455	MISTURA PARA PAO	KG	R\$ 114,37	1	250	250	1	415	415	605	R\$ 76.532,76
223	242455	MISTURA PARA PAO	KG	R\$ 11,52	0	0	0	1	222	222	222	R\$ 25.434,54
224	279142	MISTURA PARA BOLO	PCT	R\$ 11,52	1	2000	2000	1	3090	3000	3000	R\$ 57.850,00
225	622256	OLEO EMULSIFICANTE	UM	R\$ 250,00	1	50	50	1	50	50	100	R\$ 25.889,00
226	462101	MOLHO DE ALHO	UM	R\$ 2,50	1	600	600	1	1590	1100	2100	R\$ 17.410,00
227	447790	TEMPER	KG	R\$ 8,67	1	300	100	1	200	100	300	R\$ 24.863,00
228	463771	PREMUNTO	KG	R\$ 38,52	1	1500	1500	1	750	750	2250	R\$ 86.197,50
229	447773	PREMUNTO	KG	R\$ 14,91	0	0	0	1	750	750	750	R\$ 28.732,50
230	415287	COALHADA	UMD	R\$ 1,87	1	3000	3000	1	6000	6000	6000	R\$ 34.390,00
231	482783	INGREDIENTE NATURAL	KG	R\$ 15,00	1	2000	2000	1	3000	1000	3000	R\$ 65.000,00
232	447877	SALAMINHO	KG	R\$ 10,63	1	200	200	1	300	300	500	R\$ 53.165,90



233	443072	QUEIJO TIPO COALHO	QUEIJO, TIPO COELHO, TIPO DO BRINCO DO TIPO COALHO, PRODUÇÃO, ENVELOPE ENTRADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE, VALIDADE MÍNIMA DE 30 DIAS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRO- DUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	KG	RS 30,85	1	100	100	1	300	100	600	RS 18.570,00
234	446662	QUEIJO MINAS	QUEIJO MINAS, CONSISTÊNCIA FINE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PRODUÇÃO RE- FRIGERADO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE, LACTO- DO FLEUMA À VÁCUO EM EMBALAGEM DE ATÉ 1KG, CONTEÚDO INFORMACIONAL DO FABRICANTE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA OU DO SIF E DATA DE VA- LIDADE IMPRESSO NA EMBALAGEM, VALIDADE DO PRODUTO ACIMA DE 30 DIAS APÓS A ENTREGA, LAMPILA CONSECUTIVA	KG	RS 41,61	1	700	700	1	875	875	1575	RS 71.473,75
235	646662	QUEIJO MINAS	QUEIJO MINAS, CONSISTÊNCIA FINE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PRODUÇÃO RE- FRIGERADO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE, LACTO- DO FLEUMA À VÁCUO EM EMBALAGEM DE ATÉ 1KG, CONTEÚDO INFORMACIONAL DO FABRICANTE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA OU DO SIF E DATA DE VA- LIDADE IMPRESSO NA EMBALAGEM, VALIDADE DO PRODUTO ACIMA DE 30 DIAS APÓS A ENTREGA, LAMPILA CONSECUTIVA	KG	RS 66,88	0	0	0	1	825	825	625	RS 19.158,25
236	331367	REQUEIJO CREMOSO	REQUEIJO CREMOSO, TIPO TRADICIONAL, INGREDIENTES: LEITE PASTEURIZA- DO, CREME DE LEITE PASTEURIZADO, SAL FUNDENTE, SAL, CLORETO DE CÁLCIO, CONSER- VANTES SURBITO DE POTÁSSIO E MESINA, COALHO, FERNENTO LÁCTICO, CARACTE- RÍSTICAS ADICIONAIS PRODUÇÃO REFRIGERANDO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE COM PESO ENTRE 200 A 500G, LACTADO, FECHADO À VÁCUO, OR- GANIZADO EM CAIXA DE PAPELÃO PARA TRANSPORTE, CONTEÚDO INFORMACIONAL DO FABRICANTE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA OU DO SIF E DATA DE VA- LIDADE IMPRESSO NA EMBALAGEM, MARCA DE REFERÊNCIA ITAMBE, VALIDADE DO PRO- DUTO ACIMA DE 120 DIAS APÓS A ENTREGA, LAMPILA CONSECUTIVA	UN	RS 19,22	1	2500	2500	1	1300	1500	4000	RS 76.880,00
237	331367	REQUEIJO CREMOSO	REQUEIJO CREMOSO, TIPO TRADICIONAL, INGREDIENTES: LEITE PASTEURIZA- DO, CREME DE LEITE PASTEURIZADO, SAL FUNDENTE, SAL, CLORETO DE CÁLCIO, CONSER- VANTES SURBITO DE POTÁSSIO E MESINA, COALHO, FERNENTO LÁCTICO, CARACTE- RÍSTICAS ADICIONAIS PRODUÇÃO REFRIGERANDO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE COM PESO ENTRE 200 A 500G, LACTADO, FECHADO À VÁCUO, OR- GANIZADO EM CAIXA DE PAPELÃO PARA TRANSPORTE, CONTEÚDO INFORMACIONAL DO FABRICANTE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA OU DO SIF E DATA DE VA- LIDADE IMPRESSO NA EMBALAGEM, MARCA DE REFERÊNCIA ITAMBE, VALIDADE DO PRODUTO ACIMA DE 120 DIAS APÓS A ENTREGA, LAMPILA CONSECUTIVA	UN	RS 19,22	0	0	0	1	1375	1375	1375	RS 26.427,50
238	467577	QVE	QVE, TAMANHO GRANDE, ORIGEM GAURUNA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ACIMA DE 90 DIAS ACIMA DE 90 DIAS ACIMA DE 90 DIAS	KG	RS 4,72	1	2500	2500	1	4010	4010	6550	RS 68.131,10
239	446635	QUEIJO MASSARELA	QUEIJO MASSARELA, INGREDIENTES: LEITE PASTEURIZADO, SAL, CONTEÚDO DE CREME E COALHO, SEM GLÚTEN CONSERVADO, 0 A 10°C, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PRO- DUTO REFRIGERANDO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE, LACTADO, FECHADO À VÁCUO, TEXTURA FINE, COM ODOOR, COR, SAIOR, CARACTE- RÍSTICAS, BENEFÍCIOS DE SAUDES, PARAGUÍOS E LARVAS, CADA EMBALAGEM COM PE- SO DE APROXIMADAMENTE 4 KG, ORGANIZADO EM CAIXA DE PAPELÃO PARA TRANS- PORTE, CONTEÚDO INFORMACIONAL DO FABRICANTE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA OU DO SIF E DATA DE VALIDADE IMPRESSO NA EMBALAGEM, VALIDA- DE DO PRODUTO ACIMA DE 90 DIAS APÓS A ENTREGA, LAMPILA CONSECUTIVA	KG	RS 58,13	1	1500	1500	1	1743	3743	3243	RS 221.010,45
240	446635	QUEIJO MASSARELA	QUEIJO MASSARELA, INGREDIENTES: LEITE PASTEURIZADO, SAL, CONTEÚDO DE CREME E COALHO, SEM GLÚTEN CONSERVADO, 0 A 10°C, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PRO- DUTO REFRIGERANDO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE, LACTADO, FECHADO À VÁCUO, TEXTURA FINE, COM ODOOR, COR, SAIOR, CARACTE- RÍSTICAS, BENEFÍCIOS DE SAUDES, PARAGUÍOS E LARVAS, CADA EMBALAGEM COM PE- SO DE APROXIMADAMENTE 4 KG, ORGANIZADO EM CAIXA DE PAPELÃO PARA TRANS- PORTE, CONTEÚDO INFORMACIONAL DO FABRICANTE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA OU DO SIF E DATA DE VALIDADE IMPRESSO NA EMBALAGEM, VALIDA- DE DO PRODUTO ACIMA DE 90 DIAS APÓS A ENTREGA, LAMPILA CONSECUTIVA	KG	RS 58,13	0	0	0	1	1862	1092	1092	RS 71.738,30
TOTAL KG													RS 10.071.275,97



MARINHA DO BRASIL
CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM LADÁRIO
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. Informações básicas

Número do processo: 63348.000100/2025-91

2. Descrição da necessidade

O Centro de Intendência da Marinha em Ladário (CeIMLa), é Organização Militar que possui como uma das suas tarefas, centralizar processos administrativos que tratem sobre licitação de itens comuns na área do Comando do 6º Distrito Naval, essa atividade é essencial para o cumprimento da missão institucional e militar deste Centro.

O Centro necessita adquirir gêneros alimentícios para garantir e manter as unidades que necessitam fornecer uma alimentação adequada e saudável aos mais de 1800 comensais lotados nas diversas Organizações Militares Subordinadas ao Com6ºDN, garantindo o bem-estar e a eficiência dos seus militares.

Considerando a importância dos gêneros a serem adquiridos que são fundamentais para o pleno funcionamento dos ranchos, copas e cozinhas das OMAp, necessita-se realizar aquisições de forma integral e/ou parcelada de diversos itens que comporão os cardápios e pequenas refeições que são confeccionados diariamente pelas OMAp, a fim de manter uma alimentação adequada e saudável permitindo aos militares e servidores manter padrões elevados de saúde assim como seu bem-estar.

Dessa forma, a contratação desses itens se justifica pela necessidade de garantir uma alimentação balanceada, diversificada e adequada às exigências nutricionais dos comensais atendidos diariamente. Assim uma boa alimentação contribui diretamente para a qualidade de vida e o desempenho dos militares, alinhando-se às diretrizes de nutrição e segurança alimentar exigidas para a manutenção da saúde e da capacidade operacional da tropa.

Dessa maneira, as aquisições ocorrerão durante o período estipulado nas Atas de Registro de Preços correspondentes.

As especificações e quantidades dos itens a serem adquiridos estão definidas de forma clara e concisa. Todo material deverá obedecer às especificações descritas quanto a descrição, qualidade, validade, e segurança, conforme os quantitativos e valores individuais de cada item descrito no Termo de Referência e seus anexos.

Os itens que constituem a contratação não são considerados como bens de luxo, conforme preconizado no art. 5º do Decreto 10.818/2021, sendo considerados de qualidade comum, conforme art. 20 da Lei 14.133/21 e considerando os aspectos nutricionais previstos no Manual de Alimentação das Forças Armadas (2010).

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
-------------------	-------------

Divisão de Abastecimento

CT (IM) Francisco Gabriel de Souza Ferreira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os gêneros alimentícios deverão apresentar boa qualidade e padrões fitossanitários condizentes com a legislação. A seguir estão os principais requisitos que podem ser estabelecidos:

Qualidade e Especificações dos Produtos

- Os produtos devem ser entregues em perfeita condições e perfeito estado de conservação, sem sinais de deterioração, podridão, ou qualquer outro defeito que comprometa sua qualidade.
- Devem estar isentas de sujeiras, odores estranhos, resíduos de agrotóxicos acima dos limites permitidos e contaminações microbiológicas.
- As frutas devem estar adequada para consumo, não podendo estar excessivamente verdes nem maduras ao ponto de deterioração.
- O tamanho, peso e aparência devem ser compatíveis com o padrão comercial para cada tipo de fruta.

Condições de Embalagem e Transporte

- Os produtos em geral devem ser entregues em embalagens apropriadas que garantam sua integridade durante o transporte e armazenamento, protegendo contra impactos e contaminações externas.
- O transporte deve ser realizado em veículos adequados, limpos e refrigerados, quando necessário, garantindo a conservação da temperatura e evitando danos aos produtos.

Prazo de Entrega e Frequência de Fornecimento

- A entrega deve ser realizada de forma integral e/ou parcelada, conforme as solicitações das Omap de acordo com a necessidade dos Ranchos, garantindo a entrega para atender as necessidades de consumo.
- O fornecedor deve possuir logística eficiente para atender aos prazos estabelecidos no contrato, minimizando desperdícios e garantindo o abastecimento contínuo.

Certificações e Conformidade com Normas Sanitárias

- Os produtos devem atender às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e demais órgãos reguladores.
- O fornecedor deve apresentar documentação que comprove a regularidade da empresa, incluindo alvará sanitário, CNPJ ativo, registro no MAPA (se aplicável) e certificações de qualidade.

Condições de Recebimento e Aceitação

- A conferência dos produtos será realizada no momento da entrega por equipe designada pelo solicitante.
- Frutas que não atenderem às especificações serão recusadas e deverão ser substituídas sem ônus adicional.
- O fornecedor deve garantir um canal de comunicação eficiente para tratar eventuais ocorrências ou necessidade de reposição de produtos.

Quantitativo mínimo - Atestado de qualificação técnica


Deverá ser comprovada pela licitante detentora da melhor proposta, que os seus atestados cumprem as exigências no tocante ao quantitativo.

Apresentar atestados que comprovem a aptidão relacionada à entrega mínima das quantidades estipulada para cada item, conforme tabela disposta no subitem 1.1 do Termo de Referência. Os licitantes deverão observar os itens 9.31 a 9.35 do Termo de Referência. Ali constam todas as informações a respeito da Qualificação Técnica do processo.

Serão aceitos o somatório de atestados para comprovar as quantidades mínimas estabelecidas.

Para os itens solicitados pelas OMAp localizadas no CNLa, a entrega dos itens a serem fornecidos deverão ser entregues na Avenida 14 de Março s/nº - centro, CEP: 79370-000 - Ladário/MS. O horário de entrega será de segunda a sexta feira, período da manhã, das 08h às 11h30, e no período da tarde, das 13h30 às 16h00, horário local.

O prazo de entrega dos itens será de até 5 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho ou pedido de material para entregas na cidade de Ladário/MS.



A Contratada deverá adotar os critérios de sustentabilidade ambientais previstos no art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, como também observar as práticas de proteção do meio ambiente previstas nas Leis nº 6.938/1981 e nº 12.187/2009, e as disposições estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (3ª Edição) da Advocacia-Geral da União (AGU).

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções. Tem-se como parâmetro orçamentos realizados em plataforma on-line de banco de preços, abrangendo amplamente as licitações realizadas em todo território nacional.

A Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

As empresas deverão fornecer todo material descrito no termo de referência, de acordo com a demanda das OM solicitantes, conforme preços estabelecidos na Ata homologada.

Os valores obtidos na pesquisa foram avaliados criticamente durante o planejamento de que o preço médio não apresente grandes variações em relação ao preço praticado pelo mercado, não comprometendo a estimativa do preço de referência, representando de forma satisfatória os preços praticados no mercado.

Foram consideradas contratações similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública, bem como atas de registro de preços vigentes, constatando-se que a modelagem por meio de pregão, preferencialmente na forma eletrônica e com adoção do Sistema de Registro de Preços, é a mais utilizada e adequada para o objeto em questão.

Considerando o dinamismo do mercado, conclui-se que a solução mais adequada consiste na contratação de empresas especializadas no fornecimento de gêneros alimentícios, com entregas parceladas, observando-se padrões de qualidade, prazos de validade e condições de transporte adequadas, de forma a atender plenamente às necessidades da Administração.

6. Descrição da solução como um todo

Com base nas Estimativas de Obtenção, optou-se pela realização desta contratação por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, utilizando o Sistema de Registro de Preços (SRP) para a aquisição de gêneros alimentícios.

A licitação tem como objetivo a aquisição desses materiais por empresas especializadas no ramo, devidamente qualificadas técnica e financeiramente para atender às demandas eventuais, sob solicitação, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, conforme as necessidades dos setores requisitantes.

A empresa contratada deverá realizar a entrega dos materiais em perfeitas condições, atendendo rigorosamente às especificações, quantidades e exigências detalhadas no Termo de Referência e seus anexos.

A opção pelo sistema de registro de preços (SRP) justifica-se pela necessidade de entregas parceladas, alinhadas à demanda variável dos setores atendidos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas foram elaboradas com base no consumo registrado nos últimos 12 meses na área do Comando do 6º Distrito Naval, considerando a demanda de mais de 1.800 comensais atendidos diariamente. A análise incluiu não apenas as quantidades historicamente consumidas, mas também a necessidade de suprir eventuais

déficits que comprometeram a oferta adequada desses itens essenciais para a alimentação balanceada da tropa.

Com esse planejamento, busca-se garantir que as contratações atenda plenamente às necessidades operacionais dos setores de rancho, proporcionando refeições equilibradas e de qualidade, alinhadas com as diretrizes nutricionais e com as expectativas dos comensais.

A definição dos quantitativos observou os princípios da economicidade e da razoabilidade, de modo a evitar tanto o superdimensionamento quanto o subdimensionamento da demanda, em conformidade com as orientações do Tribunal de Contas da União (Acórdãos nº 1.214/2013 – Plenário e nº 2.622/2015 – Plenário).

8. Estimativa do Valor da Contratação

O custo máximo a ser verificado para contratação é de **R\$ 10.071.975,97 (dez milhões, setenta e um mil, novecentos e setenta e cinco reais e noventa e sete centavos)** para o somatório de todos os itens. Os preços unitários referenciais, as memórias de cálculo e os documentos que lhes dão suporte encontram-se esmiuçados neste processo, deve-se pela maior amplitude de competitividade e, conseqüentemente, pela maior aptidão de se obter propostas mais vantajosas.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A licitação será por itens tendo em vista a especificidade e a quantidade de cada item. O parcelamento é possível e não haverá prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes e está em consonância com o artigo 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133/2021 e artigo 11 do Decreto Federal nº 11.462/2023, que a licitação será composta de itens autônomos, conforme retrata o Termo de Referência.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes em fase de planejamento e as demandas existentes no processo em lide objetiva atender às requisições das OMAp subordinadas ao Com6ºDN.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O processo está contemplado no calendário de licitações disponibilizado no Boletim de Ordens e Notícias do Comando Do Sexto Distrito Naval e encontra-se anexo a este documento.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Benefícios Diretos: viabilizar contratações de qualidade para as OMAp; economia de recursos públicos; redução de custos ligados ao processo de obtenção do objeto; atendimento ao interesse público, registro de preços válido durante todo ou a maior parte do exercício financeiro, dentre outros.

Benefícios Indiretos: Desenvolvimento econômico e social do país, ampliação da concorrência nas compras públicas, fomento das políticas públicas de desenvolvimento nacional, dentre outras.

13. Providências a serem Adotadas



A Contratante encontra-se estruturalmente apta a receber os materiais, com local de estocagem adequado às regras de armazenamento. Deverá ser observado atentamente o Mapa de Riscos, objetivando não incidir nos riscos detalhados no referido documento.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A licitante vencedora deverá adotar, no que couber, as práticas de sustentabilidade ambiental dispostas na Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, em especial ao art. 7º; e na Instrução Normativa nº 01/SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010. Os pormenores encontram-se discriminados em tópico específico do Termo de Referência.

A contratação dos gêneros alimentícios e produtos correlatos pode ter alguns impactos ambientais que precisam ser considerados e gerenciados adequadamente. A seguir, são descritos os principais possíveis impactos e as medidas para mitigação.

A aquisição de produtos embalados pode resultar na geração de resíduos sólidos, como plásticos, papelão e vidro. É fundamental adotar práticas para a gestão adequada desses resíduos, incluindo a implementação de programas de reciclagem e a promoção da redução de embalagens desnecessárias. O transporte e a logística envolvidos na entrega dos produtos podem contribuir para a emissão de gases de efeito estufa. Para mitigar esse impacto, é recomendável optar por fornecedores que utilizem transporte sustentável e eficiente, sempre que possível, e considerar a consolidação das entregas para reduzir a frequência e a quantidade de emissões.

A contratação de produtos que não possuem certificações ambientais pode ter um impacto negativo, como o desmatamento ou a exploração de recursos naturais. A seleção de fornecedores que possuam certificações de regularidade ambiental, como o IBAMA, e que sigam práticas sustentáveis é essencial para minimizar esses impactos. Alguns produtos podem exigir o uso intensivo de recursos naturais. É importante verificar se os fornecedores adotam práticas de gestão eficiente desses recursos e considerar a compra de produtos que sejam produzidos de maneira mais sustentável.

A produção de certos alimentos pode afetar a biodiversidade local, especialmente se envolver práticas agrícolas não sustentáveis. Priorizar produtos oriundos de práticas agrícolas responsáveis e sustentáveis pode ajudar a minimizar esses impactos. Garantir que os produtos atendam às normas de segurança alimentar e que sejam provenientes de processos que minimizem impactos ambientais adversos é crucial. A contratação de produtos com certificações de qualidade e ambientais contribui para a redução de possíveis impactos negativos.

Medidas de mitigação devem ser incluídas no processo de seleção dos fornecedores e na gestão dos contratos, garantindo que as práticas ambientais adequadas sejam seguidas e que os impactos sejam minimizados.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

16. Justificativa da Viabilidade

As Forças Armadas devem promover a saúde do efetivo por meio de uma alimentação nutricionalmente balanceada, ou seja, que forneça macro e micronutrientes em quantidade e qualidade adequadas. Até mesmo devido à peculiaridade do público alvo, que é composto pelas equipes de serviço que devem ter 100% de suas necessidades nutricionais atendidas, pois permanecem 24 horas nas Organizações Militares; e pelo grupo de militares que tem maior

dispêndio de energia, como adolescentes (crescimento), gestantes, lactantes e os que passam por um período de atividade física mais intensa. Logo, a eficiência das tropas depende da utilização de uma dieta adequada às condições de vida.

Alimentação é um direito do militar em serviço, sendo provida pelo Estado para garantir a prontidão e saúde das tropas conforme art. 90 do decreto lei 728/1969. Ainda conforme a referida lei, em seu art. 91, em princípio toda Organização Militar deverá ter Rancho próprio organizado em condições de proporcionar rações preparadas, aos seus integrantes. Cumulado com o art. 93, os gêneros de paiol ou de subsistência serão fornecidos em espécies à Organização Militar pelos Estabelecimentos ou organizações de Subsistência se houver, ressalvados os casos específicos da Marinha.

Desta forma, observa-se o dever legal das Forças Armadas de prover a tropa uma alimentação adequada. Para prover uma alimentação balanceada, conforme determina a lei, esta licitação baseou-se no Manual de Alimentação das Forças Armadas, MD42-M-03, do Ministério da Defesa, o qual estabelece os micro e macro nutrientes necessários para uma alimentação balanceada.

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação de gêneros alimentícios mostra-se viável e necessária para garantir a continuidade do fornecimento de alimentação às unidades deste Órgão. A falta destes itens comprometeria o desempenho das atividades institucionais e o bem-estar dos servidores e público atendido, justificando-se o investimento face ao caráter essencial do objeto.

Considerando que os quantitativos foram baseados em memória de cálculo real e que os preços de referência seguem os parâmetros de mercado, conclui-se que a contratação é **plenamente viável**. Estão presentes os requisitos de vantajosidade econômica, segurança jurídica e capacidade operacional de execução.

Ladário-MS, 24 de março de 2026

Elaborado por:


EDELSON DOS SANTOS BISPO
Terceiro-Sargento (AM)
Membro da Equipe de Planejamento

Ratificado por:


FRANCISCO GABRIEL DE SOUZA FERREIRA
Capitão-Tenente (IM)
Membro da Equipe de Planejamento

Aprovo:


VINICIUS LUIS DA SILVA
Capitão de Fragata (IM)
Ordenador de Despesas



MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM LADÁRIO

Processo Administrativo nº 63348.000100/2025-91

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

O(A) CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM LADÁRIO, com sede no(a) na av. 14 de março, s/n, centro, na cidade de Ladário/MS, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.502/0348-04, neste ato representado(a) pelo(a) Capitão de Fragata VINICIUS LUIS DA SILVA, nomeado(a) pela Portaria nº 10/CelMLA, de 22 de julho de 2025, portador da Matrícula Funcional nº 04.0467.14, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/202..., processo administrativo nº 63348.000100/2025-91, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de gêneros alimentícios (carnes, hortifrutigranjeiros e itens diversos – secos) para atender as necessidades das Organizações Militares Apoiadas localizadas em Ladário/MS, subordinadas ao COMANDO DO SEXTO DISTRITO NAVAL, especificado(s) no(s) item(ns) 1.1 do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação nº 90026/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/ME, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o(a) CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM LADÁRIO..
- 3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:
- 3.3. Base Fluvial de Ladário BFLa.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de



programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2, deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo, e observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;



6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.



9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)



Anexo

Cadastro Reserva

Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/ME, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/ME, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90026/2025
CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM LADÁRIO

484173


Razão Social: _____
 CNPJ: _____
 Banco: _____ Agência: _____ Conta-Corrente: _____
 Endereço: _____
 Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____
 Telefones: _____
 FAX: _____
 E-mail: _____

Apresentamos, no quadro abaixo, a nossa proposição de preço para o presente processo licitatório:

Item	Descrição	UF	QTD	Valor unitário	Valor total
1					
2					
Total				R\$	

DECLARO que já foram incluídas todas as despesas relativas ao fornecimento do material, ou quaisquer outras que incidam sobre o custo dos materiais ofertados.

Ladário, MS, em _____ de _____ de 2026.

(assinatura + carimbo do representante da empresa)